



## **Dar o peixe ou a vara de pescar? Crença na meritocracia de mercado, desigualdade e o suporte ao combate à pobreza em países latino-americanos: um estudo multinível**

**Give a fish or a fishing rod? Belief in market meritocracy, inequality, and support for poverty alleviation in Latin American countries: a multilevel study**

**¿Dar el pez o la caña de pescar? Creencia en la meritocracia de mercado, desigualdad y apoyo a la lucha contra la pobreza en países latinoamericanos: un estudio multinivel.**

**Grupo temático 12 - Avaliação de Políticas Públicas**

Luíza Marques do Valle, Universidade de Brasília

Luciano Rossoni, Universidade de Brasília

### **RESUMO**

Este estudo investigou como a crença na meritocracia de mercado, as percepções de desigualdade e o posicionamento político influenciam o suporte a políticas de combate à pobreza na América Latina. Utilizando dados do Latinobarômetro 2020, foram analisados 17 países por meio de modelos multiníveis, considerando fatores individuais, como crenças meritocráticas, avaliações subjetivas de injustiça e orientação política, e características macroestruturais, como a desigualdade medida pelo índice de Gini e a renda per capita. Os resultados indicam que a crença na meritocracia está associada a menor disposição para apoiar ações redistributivas, enquanto percepções subjetivas de desigualdade apresentam um efeito paradoxal: indivíduos que percebem maior injustiça tendem a apoiar menos políticas de combate à pobreza, ao mesmo tempo em que países mais desiguais demonstram maior suporte agregado. Além disso, o conservadorismo político aparece consistentemente relacionado à rejeição de medidas redistributivas, mesmo quando controladas crenças meritocráticas. Os achados avançam o debate ao evidenciar o paradoxo entre níveis individual e nacional e ao demonstrar como crenças ideológicas internalizadas moldam o apoio a políticas públicas em contextos altamente desiguais, oferecendo contribuições para a literatura e para a gestão pública.

**Palavras-chave:** Meritocracia de mercado; Desigualdade; Políticas Redistributivas; Estudo Multinível; Posicionamento Político; América Latina.

### **ABSTRACT**

This study investigated how belief in market meritocracy, perceptions of inequality, and political positioning influence support for poverty alleviation policies in Latin America. Using data from the Latinobarómetro 2020, 17 countries were analyzed through multilevel models, considering individual factors such as meritocratic beliefs, subjective evaluations of injustice, and political orientation, as well as macrostructural characteristics such as inequality measured by the Gini index and per capita income. The results indicate that belief in meritocracy is associated with a lower willingness to support redistributive actions, while subjective perceptions of inequality present a paradoxical effect: individuals who perceive greater injustice tend to support poverty alleviation policies less, while more unequal countries demonstrate greater aggregate support. In addition, political conservatism appears consistently related to the rejection of redistributive measures, even when meritocratic beliefs are controlled for. The findings advance the debate by highlighting the paradox between individual and national levels and by demonstrating how internalized ideological beliefs shape support for public policies in highly unequal contexts, offering contributions to the literature and to public management.

**Keywords:** Market Meritocracy; Inequality; Redistributive Policies; Multilevel Study; Political Positioning; Latin America.

### **RESUMEN**

Este estudio investigó cómo la creencia en la meritocracia de mercado, las percepciones de desigualdad y el posicionamiento político influyen en el apoyo a las políticas de lucha contra la pobreza en América Latina. Utilizando datos del Latinobarómetro 2020, se analizaron 17 países mediante modelos multinivel, considerando factores individuales como creencias meritocráticas, evaluaciones subjetivas de injusticia y orientación política, así como características macroestructurales como la desigualdad medida por el índice de Gini y el ingreso per cápita. Los resultados indican que la creencia en la meritocracia está asociada con una menor disposición a apoyar acciones redistributivas, mientras que las percepciones subjetivas de desigualdad presentan un efecto paradójico:

los individuos que perciben mayor injusticia tienden a apoyar menos las políticas de lucha contra la pobreza, al mismo tiempo que los países más desiguales muestran un mayor apoyo agregado. Además, el conservadurismo político aparece consistentemente relacionado con el rechazo a medidas redistributivas, incluso cuando se controlan las creencias meritocráticas. Los hallazgos avanzan el debate al evidenciar la paradoja entre los niveles individual y nacional y al demostrar cómo las creencias ideológicas internalizadas moldean el apoyo a las políticas públicas en contextos altamente desiguales, ofreciendo contribuciones tanto a la literatura como a la gestión pública.

**Palabras clave:** Meritocracia de mercado; Desigualdad; Políticas redistributivas; Estudio multinivel; Posicionamiento político; América Latina.

## 1. Introdução

A desigualdade econômica constitui um dos traços estruturais mais persistentes da América Latina contemporânea, influenciando padrões de bem-estar, participação democrática e estabilidade institucional (Ortiz *et al.*, 2022). No entanto, mesmo diante de alguns dos maiores níveis de concentração de renda do mundo, a região não apresenta, de forma consistente, maior mobilização pública por políticas redistributivas. Esse fenômeno, descrito como o paradoxo da desigualdade, sugere que viver em sociedades altamente desiguais não garante que seus cidadãos percebam essa desigualdade como injusta ou demandem ações de combate à pobreza (García-Sánchez *et al.*, 2025; Mijs, 2021).

A literatura recente indica que esse paradoxo é mediado por esquemas culturais e ideológicos que moldam como indivíduos interpretam disparidades socioeconômicas. Entre eles, destaca-se a crença na meritocracia de mercado, que atribui resultados econômicos a esforço individual e trata desigualdade como consequência natural e legítima do funcionamento eficiente do mercado (Mijs, 2021; Son Hing *et al.*, 2011). Esse tipo de enquadramento tende a deslocar a atenção de fatores estruturais para atributos pessoais, reduzindo o apoio a intervenções estatais. Além disso, orientações políticas à direita e a justificação do sistema (Bizumic & Duckitt, 2018; Jost, 2006) reforçam valores como ordem, responsabilidade individual e defesa do *status quo*, contribuindo adicionalmente para a rejeição de políticas de combate à pobreza. Assim, permanece em aberto como essas crenças interagem em níveis individuais e nacionais na América Latina.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, investigamos por meio de modelos multiníveis como crença na meritocracia de mercado, percepção subjetiva de desigualdade e posicionamento político influenciam o suporte a ações de combate à pobreza em 17 países latino-americanos, utilizando dados do Latinobarômetro 2020. Primeiro, examinamos como crenças ideológicas individuais moldam atitudes redistributivas em contextos de alta desigualdade. Segundo, avaliamos o papel de características macroestruturais, utilizando o índice de Gini e a renda per capita, na modulação desses efeitos, permitindo testar empiricamente o paradoxo da desigualdade entre níveis: se percepções individuais de desigualdade reduzem o apoio à redistribuição, mas países mais desiguais apresentam maior suporte agregado.

Além disso, analisamos duas formas de suporte às políticas antipobreza: o apoio à transferência direta de dinheiro, característica de políticas redistributivas clássicas e frequentemente percebida como excessivamente intervencionista por indivíduos que endossam a meritocracia de mercado, e o apoio a políticas baseadas na oferta de trabalho, geralmente mais alinhadas a valores neoliberais por enfatizarem esforço individual, responsabilização pessoal e a ideia de que a mobilidade deve ocorrer principalmente “pelo trabalho”. Essa distinção é central porque revela como diferentes crenças moldam preferências por formatos específicos de intervenção, afetando diretamente decisões de gestores públicos: optar por políticas que transferem renda ou por programas focados em empregabilidade depende, em grande parte, de como esses decisores interpretam pobreza, responsabilidade individual e justiça distributiva. Por fim, o estudo oferece contribuições teóricas e aplicadas ao demonstrar como regimes de crenças influenciam a adesão a políticas antipobreza, fornecendo evidências relevantes para o desenho e implementação de programas sociais na administração pública latino-americana.

Este trabalho avança a literatura ao integrar perspectivas da psicologia política, sociologia da desigualdade e teorias de legitimação ideológica, ampliando o modelo proposto por Mijs (2021) ao demonstrar que o paradoxo opera de forma distinta nos níveis individual e nacional. Além disso, estendemos o debate sobre meritocracia ao focar especificamente na meritocracia de mercado, forma particularmente relevante em contextos latino-americanos marcados por discursos de empreendedorismo, responsabilização individual e naturalização da competição econômica. Por fim, diferentemente de estudos centrados em países desenvolvidos, oferecemos uma

análise sistemática da região latino-americana, evidenciando como suas especificidades históricas, baixa mobilidade social, informalidade e desigualdade persistente, moldam atitudes políticas e justificações morais.

O restante do Trabalho de Conclusão de Curso está organizado da seguinte forma: a próxima seção apresenta o referencial teórico-empírico e as hipóteses. Em seguida, descrevemos os dados, variáveis e métodos empregados, incluindo a definição dos modelos multiníveis. Na sequência, expomos os resultados empíricos, uma discussão integrada, limitações e direções para pesquisas futuras. Por fim, oferecemos as conclusões.

## 2. Quadro Teórico-Empírico de Referência

A presente seção apresenta inicialmente o paradoxo da desigualdade, discutindo por que viver em sociedades desiguais não garante maior percepção de injustiça ou maior apoio à redistribuição (Mijs, 2021). Em seguida, aborda-se a meritocracia enquanto princípio normativo de justiça e enquanto crença hierarquizante que naturaliza disparidades socioeconômicas ao atribuí-las ao esforço individual (Son Hing *et al.*, 2011). O capítulo também discute a influência de ideologias conservadoras e mecanismos de justificação do sistema reforçam interpretações individualizantes e defesa do *status quo* (Bizumic & Duckitt, 2018; Jost, 2006). Por fim, o referencial contextualiza essas crenças no cenário latino-americano, marcado por discursos neoliberais, baixa mobilidade social e naturalização das desigualdades, preparando o terreno para a formulação das hipóteses e para a análise multinível conduzida no estudo.

### 2.1 O Paradoxo da Desigualdade

Embora a meritocracia seja frequentemente definida como um ideal de justiça, segundo o qual oportunidades e recompensas deveriam ser distribuídas com base no esforço individual (Son Hing *et al.*, 2011), seu funcionamento revela contradições profundas. Uma das principais é o que Mijs (2021) identifica como o paradoxo da desigualdade: quanto maior a percepção de desigualdade de indivíduos numa sociedade, maior tende a ser a crença de seus cidadãos de que o sucesso depende do mérito, e menor é seu apoio a políticas destinadas a reduzir a desigualdade.

Esse paradoxo começa com um ponto-chave: indivíduos não percebem a desigualdade de forma objetiva. Viver em contextos altamente desiguais gera uma distância social tão grande entre grupos que as pessoas não têm acesso direto à realidade econômica umas das outras (Mijs, 2021). Na prática, ricos e pobres circulam em espaços, redes e instituições completamente distintos (Reardon & Bischoff, 2011). Assim, como argumenta Mijs (2021), quanto maior a desigualdade estrutural, menor é a capacidade dos indivíduos de perceber sua verdadeira magnitude. As pessoas tendem a enxergar apenas aqueles que estão próximas na distribuição de renda, e, por isso, subestimam tanto o topo quanto a base da hierarquia.

Quando a desigualdade estrutural é ignorada, abre-se espaço para uma interpretação alternativa para explicar o sucesso e o fracasso: a narrativa meritocrática. A literatura evidencia que as pessoas não percebem a distribuição de renda de forma acurada, elas tendem a subestimar a desigualdade real e a avaliar incorretamente sua posição na estrutura social (Cruces *et al.*, 2013). Esses erros não decorrem da observação direta da realidade, mas sim de inferências feitas com base em informações limitadas e subjetivas, o que distorce a compreensão sobre mobilidade e oportunidades (Cruces *et al.*, 2013). Nesse contexto, torna-se mais plausível interpretar o sucesso como resultado de esforço individual do que reconhecer o papel de mecanismos estruturais que moldam trajetórias sociais (Mijs, 2021; Reardon & Bischoff, 2011).

É nesse processo que o paradoxo se consolida, pois quanto menos as pessoas percebem a desigualdade e os fatores estruturais que a produzem, mais tendem a acreditar que diferenças de renda refletem mérito e, assim, menos apoiam políticas redistributivas. Evidências experimentais mostram que indivíduos que superestimam sua posição na distribuição tendem a demandar menos redistribuição, reforçando a crença de que o sistema é essencialmente justo (Cruces *et al.*, 2013). Assim, quando o sucesso é atribuído predominantemente ao esforço individual, políticas de redução da desigualdade passam a ser interpretadas como interferências indevidas no sistema justo (Mijs, 2021).

Esse padrão encontra respaldo também em outras áreas da literatura. Crenças meritocráticas atuam como justificativas ideológicas que diminuem a percepção de injustiça e reforçam a aceitação de hierarquias sociais (Bobocel *et al.*, 1998; Davey *et al.*, 1999). Estudos mostram que narrativas meritocráticas fortalecem a legitimação de desigualdades e reduzem o apoio a políticas redistributivas, especialmente entre indivíduos que se beneficiam do *status quo* (Batruch *et al.*, 2022; Castillo *et al.*, 2025). Nas organizações, essa lógica produz uma “ilusão de



imparcialidade” que amplifica vieses, como demonstram Castilla & Benard (2010), e na sociedade amplia a crença de que “cada um recebe o que merece”, mesmo quando as condições iniciais são drasticamente distintas.

Dessa forma, o paradoxo da meritocracia evidencia uma dinâmica sequencial na percepção individual na qual a desigualdade gera crença no mérito, que, por sua vez, legitima a desigualdade, a qual reduz o apoio a políticas que poderiam diminuí-la.

## 2.2 Princípio Meritocrático como Parâmetro de Justiça

A literatura contemporânea tem demonstrado que a meritocracia não é um conceito com apenas uma interpretação, mas opera em pelo menos duas classificações distintas: como crença hierarquizante e como princípio de justiça (Son Hing *et al.*, 2011). A primeira perspectiva, a meritocracia como crença hierarquizante, corresponde à visão de que a sociedade funciona com base na relação direta entre esforço individual e posição social (Davey *et al.*, 1999). Esse enquadramento legitima hierarquias sociais porque transforma disparidades estruturais em diferenças naturais ao sistema (Batruch *et al.*, 2023). Stollberg *et al.* (2025) argumentam que esse tipo de crença opera como um mecanismo de estabilização do sistema, uma vez que leva indivíduos a interpretar a desigualdade por meio de parâmetros morais que atribuem o sucesso ao esforço e o fracasso a falhas pessoais. Essa função legitimadora também é destacada por pesquisas que mostram que crenças meritocráticas reduzem a sensibilidade à injustiça estrutural e aumentam a aceitação da desigualdade (García-Sánchez *et al.*, 2025; Mijs, 2021).

Em contraste, no sentido da meritocracia como princípio de justiça, o mérito funciona como critério moral para alocação de recursos, promoções e oportunidades. Son Hing *et al.* (2011) demonstram que a meritocracia orienta avaliações sobre distribuição de recompensas e influencia atitudes políticas relacionadas a igualdade e redistribuição. Essa dimensão normativa também aparece nos trabalhos de Davey *et al.* (1999) e Bobocel *et al.* (1998), que mostram que indivíduos tendem a considerar justo que resultados sociais reflitam empenho individual.

Tal distinção é particularmente importante nos estudos sobre desigualdade. Castillo *et al.* (2025) evidencia que percepções de meritocracia e percepções de desigualdade interagem na formação de preferências por justiça de mercado. Enquanto percepções meritocráticas legitimam diferenças de renda e interpretam desigualdade como produto de esforço, percepções elevadas de desigualdade podem enfraquecer essa legitimidade e aumentar o apoio a políticas redistributivas (García-Sánchez *et al.*, 2019). Assim, compreender a forma como indivíduos interpretam o princípio meritocrático é essencial para entender como avaliam políticas de combate à pobreza.

Diante dessa literatura, o presente estudo adota a meritocracia como princípio de justiça como categoria central para analisar atitudes redistributivas. Essa escolha se apoia em evidências que mostram que julgamentos normativos sobre merecimento são preditores mais fortes de apoio ou rejeição a políticas redistributivas do que a crença descritiva de que a sociedade já funciona de maneira meritocrática (Davey *et al.*, 1999; Son Hing *et al.*, 2002). Além disso, pesquisas indicam que, em contextos de alta desigualdade, como os analisados por Castillo *et al.* (2025), a avaliação subjetiva da desigualdade desempenha papel decisivo: quando ela é percebida como excessiva, cresce o questionamento à justiça de mercado e aumenta a adesão à redistribuição; quando é minimizada, o princípio meritocrático tende a reforçar a aceitação das disparidades.

Nesse ponto, torna-se essencial compreender o papel da crença na meritocracia de mercado, que representa um desdobramento específico da dimensão normativa do mérito. Ancorada na lógica neoliberal, essa crença parte da ideia de que resultados econômicos devem refletir processos competitivos e justos, nos quais os indivíduos seriam recompensados de acordo com o que produziram (Stollberg *et al.*, 2025). Ao atribuir ao mercado a autoridade moral para definir quem merece o que, essa crença funciona como estabilizadora do sistema, pois reinterpreta desigualdades como reflexos de mérito e posiciona políticas redistributivas como interferências indevidas nesse processo (Stollberg *et al.*, 2025).

A esse argumento soma-se a leitura clássica de Lane (1986), que mostra que muitos indivíduos percebem os resultados do mercado como mais justos e imparciais do que os resultados políticos. Quando acreditam que suas recompensas derivam de suas próprias ações, a desigualdade passa a ser compreendida como consequência natural de escolhas e capacidades. Assim, o mercado não apenas organiza a distribuição, mas também confere autoestima e validação moral, fortalecendo a adesão à lógica meritocrática (Lane, 1986).

Castillo *et al.* (2025) demonstram empiricamente que percepções meritocráticas estão diretamente associadas ao apoio à justiça de mercado, que se refere a ideia de que o acesso a bens e serviços deve depender da capacidade de conseguir as condições de pagar. Quanto mais os indivíduos acreditam que o sucesso decorre do esforço, maior o respaldo a sistemas distributivos baseados no mercado e menor o apoio a políticas redistributivas. Em contextos desiguais, essa crença atua como barreira adicional à redistribuição, pois transforma disparidades



estruturais em evidências de merecimento e interpreta intervenções estatais como distorções da ordem justa, e natural (Lane, 1986), do mercado (Castillo *et al.*, 2025).

Assim, ao compreender o mérito como parâmetro de justiça, este estudo busca analisar como essa norma moral orienta atitudes frente a ações de redução da pobreza. Assim, é essencial um tratamento da meritocracia considerando sua dimensão normativa, de como a distribuição deveria ocorrer, investigando como esse princípio influencia o suporte a políticas redistributivas em sociedades altamente desiguais.

### **2.3 Posicionamento Político e Suporte a Medidas de Combate à Pobreza**

As atitudes diante de políticas de combate à pobreza são moldadas por crenças sobre desigualdade, merecimento e justiça distributiva (Pañeda-Fernández *et al.*, 2026). Estudos mostram que indivíduos formam suas preferências redistributivas a partir da forma como interpretam tanto a origem das desigualdades quanto a legitimidade das hierarquias sociais (Mijs, 2021; García-Sánchez *et al.*, 2025). Quando desigualdades são vistas como produto do esforço individual o apoio a políticas do Estado na redistribuição tende a diminuir (Mijs, 2021).

A literatura recente destaca que a renda ocupa papel central nesse processo. Pañeda-Fernández *et al.* (2026) demonstram que crenças meritocráticas importam especialmente para indivíduos de alta renda. Entre os mais ricos, quanto mais forte a crença de que o sucesso é resultado de esforço, menor o suporte à redistribuição. Entre os mais pobres, o padrão é distinto: o apoio à redistribuição permanece alto, independentemente da crença no mérito. Isso ocorre porque “vencedores” têm maior motivação psicológica para justificar desigualdades por mérito, enquanto “perdedores” tendem a perceber o sistema como injusto (Pañeda-Fernández *et al.*, 2026).

Esse mecanismo também é influenciado por avaliações subjetivas do funcionamento institucional. Geng *et al.* (2025) demonstram que crenças meritocráticas aumentam a confiança institucional apenas em sociedades com elevado nível de liberdade econômica. Em contextos com menor liberdade de mercado, o padrão se inverte: indivíduos que rejeitam a meritocracia apresentam maior confiança institucional. Esses resultados reforçam que a relação entre crenças meritocráticas e atitudes políticas depende do contexto econômico e institucional no qual os indivíduos estão inseridos.

Além disso, Duckitt (2006) demonstra que orientações à direita estão associadas a dois pilares centrais: Right-Wing Authoritarianism (RWA) e Social Dominance Orientation (SDO). O RWA favorece a manutenção da ordem e a obediência a instituições tradicionais, enquanto a SDO se relaciona com preferência explícita por hierarquias sociais. Ambos os construtos predizem menor apoio a políticas de combate à pobreza por serem incompatíveis com intervenções estatais redistributivas (Duckitt & Sibley, 2007). A literatura indica que indivíduos de direita tendem a ver políticas de transferência direta como ameaças à ordem meritocrática e como incentivos à “dependência” (Pratto *et al.*, 1994).

Duckitt (2006) demonstra que RWA é sensível à percepção de ameaça do *status quo*. Assim, em contextos desiguais como os latino-americanos, indivíduos politicamente alinhados à direita tendem a interpretar medidas como transferências diretas de renda não apenas como economicamente ineficientes, mas como moralmente inadequadas, por supostamente enfraquecerem o esforço individual e desafiar hierarquias vistas como legítimas (Jost, 2006; Duckitt & Sibley, 2007).

A percepção da desigualdade também influencia o suporte a políticas de combate à pobreza. Mijs (2021) argumenta que indivíduos em sociedades mais desiguais tendem a perceber menos a desigualdade estrutural devido à segregação social e à baixa visibilidade do modo de vida dos grupos socioeconômicos extremos. Essa percepção limitada reduz a preocupação com a desigualdade e, consequentemente, o apoio a redistribuição. Estudos longitudinais com dados latino-americanos confirmam esse padrão: aumentos na desigualdade ao longo do tempo reduzem a confiança social e o apoio a políticas redistributivas (García-Sánchez *et al.*, 2025).

Lane (1986) aponta que, para muitos indivíduos, resultados de mercado parecem mais “justos” do que resultados produzidos por decisões políticas. Quando recompensas econômicas são vistas como reflexo de ações individuais, políticas de transferência podem ser entendidas como interferências indevidas. Essa interpretação converge com a lógica descrita por Stollberg *et al.* (2025), segundo a qual crenças neoliberais, suportados inclusive pela meritocracia, funcionam como mecanismos de estabilização do sistema ao legitimar desigualdades como moralmente justificáveis.

Castillo *et al.* (2025) reforçam essa compreensão ao mostrar que percepções de meritocracia estão diretamente associadas ao apoio à justiça de mercado e à preferência por mecanismos competitivos de distribuição. Quando indivíduos acreditam que o esforço explica diferenças de renda, o mercado é visto como instrumento adequado de alocação e políticas redistributivas passam a ser percebidas como distorcidas (Castillo *et al.*, 2025).

No contexto latino-americano, essas dinâmicas podem ajudar a explicar por que níveis elevados de desigualdade não se traduzem automaticamente em maior suporte a políticas de combate à pobreza. A combinação de desigualdade estrutural, baixa visibilidade da estratificação social, crenças meritocráticas e desconfiança institucional cria um ambiente político em que preferências redistributivas são moldadas não apenas por necessidade econômica, mas também por enquadramentos morais e ideológicos, ou seja, fatores subjetivos (García-Sánchez *et al.*, 2025; Mijs, 2021; Pañeda-Fernández *et al.*, 2026; Reardon & Bischoff, 2011).

Portanto, compreender o suporte às medidas de combate à pobreza requer analisar como crenças sobre mérito, desigualdade e funcionamento do mercado moldam as atitudes políticas. Essas crenças definem quem é visto como merecedor de assistência e quais políticas de redução da pobreza, seja dar dinheiro ou dar trabalho, são percebidas como legítimas ou indevidas, influenciando diretamente a disposição das pessoas em apoiar ações redistributivas.

#### **2.4 Percepção de Desigualdade**

A percepção subjetiva da desigualdade constitui um elemento central na formação de atitudes redistributivas. Mijs (2021) argumenta que, mesmo em sociedades altamente desiguais, a percepção da desigualdade pode ser surpreendentemente limitada. Isso ocorre porque a segregação social reduz o contato entre grupos e dificulta a percepção das diferenças reais entre eles (Reardon & Bischoff, 2011). Assim, desigualdades profundas tornam-se menos visíveis, o que contribui para sua naturalização e, consequentemente, para menor apoio público a políticas de combate à pobreza.

Os estudos clássicos de Reardon & Bischoff (2011) demonstram que o aumento da segregação socioeconômica intensifica esse fenômeno. Lugares mais segregados produzem percepções mais imprecisas sobre a distribuição de renda, o que limita a capacidade de indivíduos avaliarem adequadamente a injustiça da desigualdade (Mijs, 2021; Reardon & Bischoff, 2011).

A literatura também mostra que percepções subjetivas da desigualdade disseminam efeitos políticos importantes. Quando indivíduos avaliam a distribuição de renda como injusta, tendem a demonstrar menor confiança nas instituições e maior disposição para apoiar políticas redistributivas (García-Sánchez *et al.*, 2025). No entanto, quando as desigualdades aparentam ser resultado “natural” de diferenças de esforço ou mérito, o apoio à redistribuição diminui, mesmo em contextos de mobilidade social baixa (Mijs, 2021). Esse deslocamento de explicações estruturais para explicações individuais contribui para a legitimação das hierarquias sociais e sustenta o paradoxo da desigualdade: quanto mais desigual a sociedade, menor pode ser a percepção de injustiça.

Esses padrões são especialmente relevantes para a América Latina, onde níveis historicamente elevados de desigualdade coexistem com baixa percepção pública das causas estruturais que a produzem. Pesquisas mostram que, na região, indivíduos tendem a subestimar a desigualdade e a superestimar a mobilidade social, o que reduz o apelo político por reformas redistributivas (Ortiz *et al.*, 2022). Em um cenário marcado por forte segregação urbana e escolar, como documentado por Reardon & Bischoff (2011), tais percepções são intensificadas, fazendo com que políticas de combate à pobreza sejam avaliadas a partir de lentes individuais e meritocráticas.

Desse modo, compreender a percepção da desigualdade é fundamental para explicar variações de apoio a medidas antipobreza. Essa percepção atua como ponte entre estrutura objetiva e comportamento político: ela traduz desigualdades materiais em julgamentos morais, influenciando o modo como indivíduos avaliam tanto a legitimidade da ordem social quanto a necessidade de intervenção estatal.

### **3. Hipóteses**

A primeira hipótese baseia-se na compreensão de que a meritocracia atua simultaneamente como princípio normativo de justiça e como ideologia de legitimação social. Para Son Hing *et al.* (2011), quando as pessoas endossam fortemente a ideia de que recompensas devem refletir exclusivamente esforço individual, tendem a interpretar desigualdades socioeconômicas como justas e merecidas (Batruch *et al.*, 2023). Assim, quando a narrativa meritocrática é internalizada, a desigualdade passa a refletir empenho, disciplina e talento, e não barreiras estruturais. Esse enquadramento pode diminuir a percepção de necessidade por intervenção estatal, pois políticas redistributivas são percebidas como interferências indevidas em um sistema supostamente justo (Mijs, 2021). Stollberg *et al.* (2025) demonstram que indivíduos que endossam crenças neoliberais tendem a perceber o sistema econômico como justo, e acreditam que o mercado é o mecanismo mais eficiente para distribuir recompensas. Essa visão pode reduzir a necessidade percebida de intervenção estatal, ao mesmo tempo em que atribui desigualdades a diferenças de esforço e desempenho. Posto isso, espera-se que a adesão ao neoliberalismo



se traduza em menor apoio a políticas redistributivas. Diante disso, pressupõe-se que quanto maior a crença na meritocracia, menor será o suporte a ações de combate à desigualdade e à pobreza.

***H1: Quanto maior a crença na meritocracia, menor o suporte a ações de combate à pobreza.***

A literatura sobre crenças meritocráticas mostra que, quando indivíduos interpretam a desigualdade por meio de esquemas morais que atribuem sucesso e fracasso exclusivamente ao esforço individual (Mijs, 2021), a percepção da desigualdade deixa de gerar indignação e passa a ser vista como reflexo natural do mercado (Lane, 1986). Nessa lógica, reconhecer que a desigualdade é alta não implica considerá-la injusta; ao contrário, a meritocracia funciona como ideologia de justificação do status quo, levando indivíduos a reinterpretarem disparidades como fruto de mérito e, portanto, merecidas (McCoy & Major, 2007).

Desta forma, quando percebem altos níveis de desigualdade, mas simultaneamente apoiam explicações meritocráticas, os indivíduos tendem a oferecer menor suporte a políticas redistributivas, pois entendem que tais políticas violariam critérios considerados justos de recompensa (Mijs, 2021; Panéda-Fernández *et al.*, 2025; Son Hing *et al.*, 2011). É nesse sentido que o paradoxo se manifesta: maior consciência da desigualdade não aumenta automaticamente a demanda por redistribuição, ao contrário, quando mediada pela meritocracia, ela pode aprofundar a aceitação das hierarquias sociais.

***H2: Quanto maior a percepção de desigualdade, menor o suporte a ações de combate à pobreza.***

Mesmo quando crenças meritocráticas são controladas, indivíduos politicamente alinhados à direita frequentemente rejeitam políticas redistributivas, interpretando-as como ineficientes ou moralmente injustas (Stollberg *et al.*, 2025). Tal padrão encontra sustentação no que Bizumic & Duckitt (2018) definem como Autoritarismo de Direita (RWA): uma orientação caracterizada por apoio a normas rígidas, deferência à autoridade e preferência por estruturas hierárquicas estáveis. Indivíduos com altos níveis de RWA tendem a ver a ordem social existente como legítima e necessária, o que os torna menos receptivos a intervenções estatais que redistribuam recursos ou alterem hierarquias (Bizumic & Duckitt, 2018).

Jost (2006) complementa esse entendimento ao demonstrar que orientações políticas conservadoras funcionam como mecanismos psicológicos de justificação do sistema, levando indivíduos a defender o *status quo* mesmo quando este produz desigualdade significativa. Em contextos latino-americanos, esse padrão é ainda mais reforçado por discursos que individualizam a responsabilidade pela pobreza e exaltam o empreendedorismo como via legítima de mobilidade, deslocando o foco das barreiras estruturais para atributos individuais (García-Sánchez *et al.*, 2025; Mijs, 2021). Assim, indivíduos com maior alinhamento conservador podem interpretar desigualdades como merecidas ou inevitáveis, o que reduz sistematicamente o suporte a políticas redistributivas.

***H3: Quanto maior o nível de conservadorismo político, menor o suporte a políticas de combate à pobreza.***

Embora percepções subjetivas de desigualdade tendam a reduzir o suporte individual a políticas de combate à pobreza, já que a desigualdade é interpretada como legítima ou merecida quando filtrada por crenças meritocráticas (Mijs, 2021), esse padrão não necessariamente se reproduz no nível dos países. A desigualdade objetiva, medida pelo índice de Gini, opera de maneira distinta: sociedades estruturalmente mais desiguais enfrentam maior exposição pública à pobreza, maior saliência política do tema e maior pressão social por respostas estatais. Achados de García-Sánchez *et al.* (2025) mostram que, mesmo onde desigualdades são naturalizadas subjetivamente, contextos de desigualdade estrutural extrema elevam a demanda agregada por proteção social e reforçam expectativas de intervenção governamental. Assim, enquanto no nível individual percepções subjetivas de desigualdade reduzem o apoio à redistribuição, no nível dos países níveis mais altos de desigualdade objetiva tendem a aumentar o suporte médio a ações de combate à pobreza, o que configura um paradoxo entre micro e macro. Por isso, espera-se que países mais desiguais apresentem maior apoio agregado a políticas redistributivas.

***H4: Países com maior nível de desigualdade apresentam maior suporte a políticas de combate à pobreza.***



A força da meritocracia como justificativa da desigualdade varia conforme as condições estruturais dos países. Em contextos de maior renda per capita, a crença de que o mercado recompensa esforço tende a parecer mais coerente, o que intensifica o papel da meritocracia de mercado como lente interpretativa das disparidades e, consequentemente, aumenta sua capacidade de reduzir o suporte a políticas redistributivas (Geng *et al.*, 2024; Mijs, 2021). De modo semelhante, em países marcados por altos níveis de desigualdade econômica, a meritocracia opera como mecanismo ideológico central para racionalizar disparidades extremas, reforçando a noção de que diferenças de renda refletem mérito individual e não barreiras estruturais (McCoy & Major, 2007; Son Hing *et al.*, 2011). Assim, tanto maior renda nacional quanto maior desigualdade ampliam o efeito da meritocracia de mercado na rejeição de políticas de combate à pobreza, reforçando a lógica paradoxal em que desigualdades objetivas robustecem crenças que dificultam sua própria superação. Dessa forma:

***H5a: Quanto maior a renda do país, maior o efeito da meritocracia de mercado na rejeição de políticas de combate à pobreza***

***H5b: Quanto maior a desigualdade do país, maior o efeito da meritocracia de mercado na rejeição de políticas de combate à pobreza***

## 4. Metodologia

### 4.1 Dados

A análise utiliza microdados do *Latinobarómetro 2020*, tradicional pesquisa anual de opinião pública realizada em 18 países da América Latina, cujos arquivos de dados (agregados e individuais) e a documentação completa estão disponíveis gratuitamente para uso acadêmico não comercial no portal da Corporación Latinobarómetro. O acesso direto à versão final (v2020.1) da publicação de dados, que inclui fichas técnicas e o *Codebook*, pode ser feito através da URL: <https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2020>. Produzido pela *Corporación Latinobarómetro*, sediada em Santiago, o estudo integra desde 1995 um esforço sistemático de monitoramento das atitudes, percepções e valores sociais na região, oferecendo séries comparáveis sobre democracia, economia, confiança institucional e bem-estar subjetivo.

O ano de 2020 foi selecionado devido à sua relevância temática excepcional. Além de capturar percepções durante a primeira fase da pandemia de COVID-19, essa onda introduziu um módulo expandido sobre desigualdade e justiça distributiva desenvolvido em parceria com o PNUD. Esse acréscimo torna a análise de 2020 particularmente adequada para investigar as relações entre crença na meritocracia, percepção de desigualdade e apoio a ações de combate à pobreza.

Em 2020, o Latinobarómetro alcançou 18 países, cobrindo mais de 600 milhões de habitantes: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O tamanho amostral agregado é tradicionalmente de cerca de 20 mil entrevistas, com médias aproximadas de 1.000 a 1.200 respondentes por país.

No presente estudo, o foco recai sobre variáveis individuais relacionadas à crença na meritocracia de mercado, percepção de desigualdade e apoio a políticas de combate à pobreza, articuladas a indicadores estruturais no nível do país. Para isso, utilizamos o Índice de Gini, que capta a desigualdade de renda, e o GNI per capita, que expressa o nível de desenvolvimento econômico dos países. Ambos foram obtidos a partir das bases oficiais do *World Bank Open Data*.

O conjunto final considerado neste trabalho consiste, portanto, em observações individuais (nível 1) aninhadas em 17 dos 18 países latino-americanos (nível 2), combinando percepções subjetivas dos respondentes a indicadores objetivos de desigualdade e desenvolvimento. Ressalta-se que a eliminação de um dos países ocorreu devido a inexistência de dados de uma das variáveis utilizadas.

### 4.2 Medidas

#### 4.2.1 Variável Dependente

A variável dependente corresponde ao apoio dos entrevistados a ações governamentais de combate à pobreza, mensurada por meio de duas perguntas que investigam como o governo deveria ajudar pessoas em situação de pobreza. Foram utilizados dois itens para este indicador: (1) Ajuda em dinheiro (S6NPN\_01), codificada como 1 = mencionou, 0 = não mencionou, e (2) Ajuda por meio de trabalho (S6NPN\_03), codificada

da mesma forma. Ressaltamos que as hipóteses foram testadas considerando somente a ajuda em dinheiro, já que ajuda por meio de trabalho pode manifestar diferentes disposições acerca do que é considerado combate à pobreza, já que se alinha a concepções liberais de intervenção social

Valores negativos na base de dados indicam dados faltantes. Ambas refletem disposições concretas de apoio a políticas públicas de proteção social, permitindo captar diferentes concepções sobre o papel do Estado no combate à pobreza, seja por meio de transferência direta de renda ou por políticas ativas de emprego. Como cada resposta representa um tipo distinto de política, analisamos as duas variáveis separadamente.

#### 4.2.2 Variáveis Independentes no Nível Individual

**Crença na meritocracia de mercado.** Utilizamos o item P62ST.D, que avalia o grau de concordância com a afirmação “A economia de mercado é o único sistema com o qual o país pode se tornar desenvolvido”. A escala original variava de 1 (concorda totalmente) a 4 (discorda totalmente). A variável foi invertida para que valores mais altos indicassem maior crença meritocrática e maior adesão à lógica de mercado, resultando em uma escala de 1 a 4 com direção interpretativa consistente (mais alto = mais meritocrático).

**Percepção de desigualdade.** A percepção subjetiva sobre justiça na distribuição de riqueza foi medida pelo item P47ST.E (“A distribuição de riqueza no país é garantida de maneira justa e adequada”), variando de 1 (“totalmente garantida”) a 4 (“nada garantida”). Valores mais altos indicam maior percepção de injustiça distributiva. Valores negativos foram tratados como faltantes.

**Posicionamento político de direita (Conservadorismo).** A orientação ideológica foi medida pelo item P18ST, no qual os entrevistados se posicionam em uma escala de 1 (esquerda) a 10 (direita). Valores inválidos ou códigos especiais foram recodificados como *missing*. Valores mais altos indicam maior alinhamento à direita no espectro político.

#### 4.2.3 Variáveis Independentes no Nível dos Países

**Desigualdade de renda (Índice de Gini).** A desigualdade estrutural entre os países foi medida por meio do Índice de Gini, indicador utilizado para avaliar a distribuição de renda em uma sociedade. O Gini varia de 0 a 1, onde valores próximos de 0 indicam maior igualdade na distribuição de renda e valores próximos de 1 representam maior concentração e, portanto, maior desigualdade. Nesta pesquisa, os valores foram padronizados para variar entre 0 e 1, mantendo a interpretação tradicional segundo a qual níveis mais altos correspondem a maior desigualdade econômica. Os dados foram obtidos na base oficial de 2020 do *World Bank*, que compila estatísticas comparáveis internacionalmente a partir de pesquisas domiciliares e registros nacionais (<https://databank.worldbank.org>).

**Desenvolvimento econômico: GNI per capita.** O desenvolvimento econômico dos países foi mensurado por meio do GNI per capita (Renda Nacional Bruta per capita), indicador que expressa a renda média por habitante ao incorporar tanto a produção interna quanto os rendimentos recebidos do exterior. Maior GNI per capita reflete maior nível de riqueza agregada e, consequentemente, melhor desempenho econômico médio do país. Para facilitar a interpretação dos coeficientes nos modelos, o valor foi transformado para milhares. Assim, um aumento de uma unidade na variável corresponde a um incremento de mil dólares na renda média por habitante. As informações foram extraídas da base pública *World Bank* de 2020, que fornece dados harmonizados e comparáveis entre os países (<https://databank.worldbank.org>).

#### 4.2.4 Covariáveis

Foram incluídas variáveis sociodemográficas como variáveis de controle. A idade foi utilizada como variável contínua em anos completos. O sexo foi recodificado em uma variável dicotômica, na qual homens recebem valor 1 e mulheres valor 0. A raça/etnia foi representada por uma variável que identifica respondentes brancos (1 = branco; 0 = não branco). A escolaridade foi medida pelo código REEDUC\_1, expressando o nível educacional atingido. Por fim, o status socioeconômico subjetivo foi extraído do código S30 e invertido para que valores mais altos representassem melhor condição socioeconômica percebida.

### 4.3 Estratégia Analítica

O presente estudo adota um desenho quantitativo baseado em modelos de regressão multinível do tipo *mixed-effects logit*, adequados para dados organizados de forma hierárquica e para variáveis dependentes dicotômicas. No caso do Latinobarômetro de 2020, os indivíduos (nível 1) estão aninhados em países (nível 2), o que implica dependência estatística entre as respostas de participantes pertencentes a uma mesma unidade nacional.

Para captar adequadamente esses dois níveis de influência, estimamos modelos logísticos multinível nos quais o ponto de partida da probabilidade de apoio a políticas de combate à pobreza varia no nível individual e no nível país. Também estimamos modelos adicionais contendo interações entre níveis, a fim de avaliar se o efeito da crença na meritocracia também varia com as condições estruturais do país, especialmente desigualdade e desenvolvimento econômico.

Construímos o Modelo 1, incluindo as variáveis de nível individual: crença na meritocracia, percepção de desigualdade, posicionamento político e covariáveis sociodemográficas. Esse modelo estima os efeitos diretos dos fatores individuais sobre o apoio a ações de combate à pobreza, controlando simultaneamente a variabilidade não observada entre países por meio do intercepto aleatório. A introdução dessas variáveis permite avaliar em que medida disposições pessoais e orientações normativas explicam o comportamento político independentemente do contexto nacional.

No Modelo 2, incorporamos as variáveis estruturais do nível país: desigualdade medida pelo Índice de Gini e desenvolvimento econômico medido pelo GNI per capita. A inclusão desses indicadores permite testar hipóteses relacionadas às condições socioeconômicas mais amplas que moldam o contexto em que as crenças individuais são formadas. Esse passo é crucial para avaliar se diferenças na estrutura distributiva ou no nível de desenvolvimento nacional contribuem para explicar variações no apoio a políticas redistributivas.

No Modelo 3, estimamos as interações de nível cruzado que exploram possíveis efeitos moderadores da desigualdade nacional, especificamente. Esta etapa envolve a inclusão do termo de interação entre a crença meritocrática individual e o Índice de Gini (Nível 2). Essa modelagem permite testar se o efeito da crença meritocrática sobre o suporte a políticas de combate à pobreza varia conforme o nível de desigualdade estrutural do país.

Em seguida, estimamos o Modelo 4, introduzindo a interação da crença meritocrática com o GNI per capita. Este modelo isola a influência da Renda per capita do país sobre as relações individuais. Ao focar nesta interação, o Modelo 4 oferece um teste mais refinado das hipóteses de moderação contextual (H5a e H5b), avaliando se o efeito da meritocracia varia conforme o nível de riqueza e desenvolvimento econômico do país, separadamente da influência da desigualdade.

Essa estratégia analítica, portanto, oferece um arcabouço robusto para investigar como percepções individuais e condições socioeconômicas nacionais se combinam na formação de atitudes sociopolíticas na América Latina. Como enfatiza Luke (2019), modelos multiníveis são especialmente adequados quando unidades individuais estão aninhadas em contextos mais amplos, como indivíduos dentro de países, permitindo isolar efeitos micro e macro sem violar pressupostos fundamentais de independência das observações.

## 5. Resultados

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nos modelos multiníveis, incluindo as duas medidas de suporte a políticas de combate à pobreza (“dar dinheiro” e “dar trabalho”), bem como as variáveis explicativas associadas às hipóteses propostas. Entre as variáveis independentes centrais destaca-se a crença na meritocracia de mercado (p62st\_d), utilizada para testar a H1. A variável foi invertida para que valores mais altos indicassem maior adesão à ideia de que o mercado recompensa esforço e leva ao desenvolvimento. Sua média de 2,723 (DP = 0,772), em uma escala de 1 a 4, indica uma crença moderada nesse princípio. A percepção de injustiça na distribuição da riqueza (p47st\_e), associada à H2, apresenta média de 3,154 (DP = 0,842), indicando que a maior parte dos indivíduos percebe a distribuição de riqueza como “pouco” ou “nada garantida”. Já o posicionamento político, variável fundamental para testar a H3, possui média de 4,962 (DP = 3,017) em uma escala de 0 a 10, mostrando que a amostra variada que combina indivíduos tanto mais progressistas quanto mais conservadores.

As variáveis demográficas e socioeconômicas utilizadas como controles também apresentam algumas informações relevantes. A idade média dos entrevistados é de aproximadamente 41 anos (DP = 16,5), com amplitude entre 16 e 100 anos. A proporção de homens é de 47,8%, revelando distribuição equilibrada entre os sexos. Apenas cerca de 21,6% dos entrevistados se identificam como brancos, o que reforça a diversidade demográfica da amostra. A escolaridade média posiciona-se em 4,29 em uma escala de 1 a 7, enquanto o status socioeconômico percebido, variável invertida para que valores maiores indiquem melhor condição, apresenta média de 3,385 (DP = 0,922). Esses fatores são utilizados como controles em todas as estimações, por estarem frequentemente associados a atitudes em relação a redistribuição.

**Tabela 1 - Estatísticas Descritivas**

|                                  | Média  | D..P   | Mín.   | Máx.    |
|----------------------------------|--------|--------|--------|---------|
| Ajuda: Dinheiro                  | 0,204  | 0,403  | 0,000  | 1,000   |
| Ajuda: Trabalho                  | 0,832  | 0,374  | 0,000  | 1,000   |
| Meritocracia de Mercado          | 2,723  | 0,772  | 1,000  | 4,000   |
| Distribuição Injusta da Riqueza  | 3,154  | 0,842  | 1,000  | 4,000   |
| Posicionamento Político: Direita | 4,962  | 3,017  | 0,000  | 10,000  |
| Idade                            | 40,999 | 16,538 | 16,000 | 100,000 |
| Sexo Masculino                   | 0,478  | 0,500  | 0,000  | 1,000   |
| Branco                           | 0,216  | 0,411  | 0,000  | 1,000   |
| Escolaridade                     | 4,292  | 1,766  | 1,000  | 7,000   |
| Status Socioeconômico            | 3,385  | 0,922  | 1,000  | 5,000   |
| Gini                             | 0,463  | 0,051  | 0,388  | 0,600   |
| GNI per capita (milhares)        | 15,098 | 6,291  | 5,000  | 26,190  |

No nível dos países, o índice de Gini apresenta média de 0,463 (DP = 0,051), variando entre 0,388 e 0,600, refletindo níveis de desigualdade típicos de países de média e alta desigualdade. Essa variável é fundamental para testar a H4, que propõe que contextos de maior desigualdade apresentariam menor apoio a políticas redistributivas. Já o GNI per capita, convertido para milhares, apresenta média de 15,098, variando entre 5 e 26,19, indicando que a amostra inclui países de renda média e alta, condição necessária para avaliar a moderação prevista na H5b.

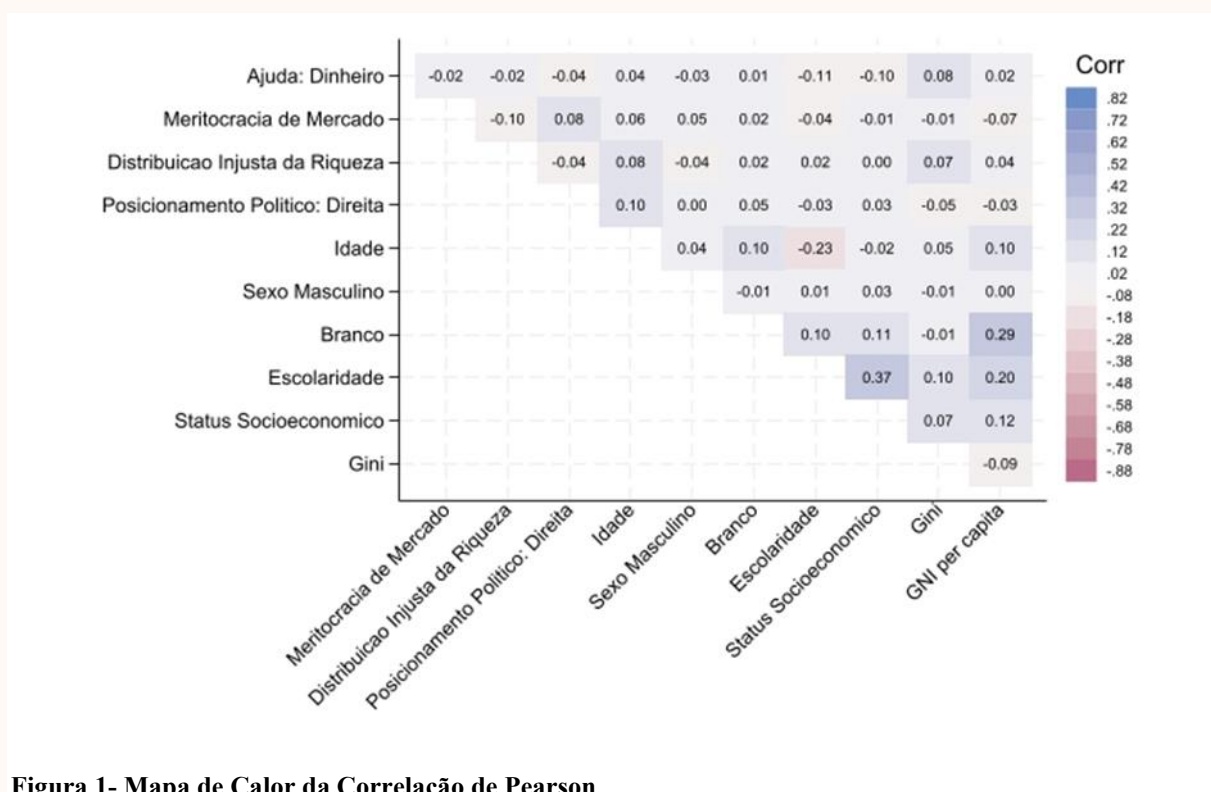


**Figura 1- Mapa de Calor da Correlação de Pearson**

A Figura 1 apresenta a matriz de correlação para as variáveis utilizadas no estudo, abrangendo fatores individuais (Nível 1) e contextuais (Nível 2). Observamos que as correlações bivariadas entre a maioria das variáveis preditoras são baixas a moderadas. Em relação à variável dependente Ajuda: Dinheiro (suporte à assistência direta), a correlação é negativa e baixa com a Meritocracia de Mercado ( $r = -0.10$ ) e com a Distribuição Injusta da Riqueza ( $r = -0.04$ ). Este sinal negativo, mesmo sendo fraco, antecipa a direção dos achados na regressão, onde a crença na meritocracia se correlacionou com menor apoio a essa política.

### 5.1 Suporte a Dar Dinheiro (Dar o Peixe)

Para testar as hipóteses, nós consideramos somente a aceitação de dar dinheiro aos pobres. Para tanto, a análise do estudo que empregou modelos multiníveis para examinar os preditores do suporte a políticas de combate à pobreza por tal meio, no qual se revelou um padrão complexo de adesão que depende tanto das ideologias individuais (Nível 1) quanto do contexto macroeconômico (Nível 2), conforme exposto na Tabela 2.

Acerca da primeira hipótese, H1: Quanto maior a crença na meritocracia, menor o suporte a ações de combate à pobreza, o modelo 1 da Tabela 2 aponta que quanto maior a crença na Meritocracia de Mercado menor a probabilidade de se suportar a política de assistência direta aos pobres por meio de "Dar Dinheiro" ( $b = -0.064$ ,  $p < 0.05$ ), o que corrobora a hipótese 1. Em poucas palavras, indivíduos que mais acreditam no mérito tendem a ser menos favoráveis a transferências diretas de renda.

Em relação à segunda hipótese (H2: Quanto maior a percepção de desigualdade, menor o suporte a ações de combate à pobreza), no modelo 2 da Tabela 2 pode-se ver que a percepção de uma Distribuição Injusta da Riqueza reduz a probabilidade de se 'Dar Dinheiro' ( $b = -0.122$ ,  $p < 0.01$ ). Este resultado corrobora a hipótese de que a percepção de uma distribuição desigual da riqueza na sociedade pode levar a um desengajamento ou a uma descrença na eficácia da assistência direta.

**Tabela 2 – Coeficientes do Modelo Multinível (Dar dinheiro)**

|                                  | (1)                | (2)                | (3)                 | (4)                |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| Meritocracia de Mercado          | -.064**<br>(.028)  | -.064**<br>(.028)  | .206<br>(.257)      | .074<br>(.074)     |
| Distribuição Injusta da Riqueza  | -.122***<br>(.026) | -.123***<br>(.026) | -.123***<br>(.026)  | -.123***<br>(.026) |
| Posicionamento Político: Direita | -.016**<br>(.007)  | -.015**<br>(.007)  | -.016**<br>(.007)   | -.015**<br>(.007)  |
| Idade                            | .001<br>(.001)     | .001<br>(.001)     | .001<br>(.001)      | .001<br>(.001)     |
| Sexo Masculino                   | -.169***<br>(.044) | -.168***<br>(.044) | -.168***<br>(.044)  | -.169***<br>(.044) |
| Branco                           | .147**<br>(.058)   | .147**<br>(.058)   | .147**<br>(.058)    | .145**<br>(.058)   |
| Escolaridade                     | -.164***<br>(.015) | -.165***<br>(.015) | -.165***<br>(.015)  | -.165***<br>(.015) |
| Status Socioeconômico            | -.196***<br>(.026) | -.196***<br>(.026) | -.196***<br>(.026)  | -.197***<br>(.026) |
| Gini (Nível 2)                   |                    | 5.41**<br>(2.187)  | 6.979***<br>(2.646) |                    |
| GINI X Meritocracia              |                    |                    | -.566               |                    |

|                               | (1)     | (2)     | (3)      | (4)     |
|-------------------------------|---------|---------|----------|---------|
|                               |         |         | (.536)   |         |
| GNI per capita (Nível 2)      |         |         |          | .044*   |
|                               |         |         |          | (.024)  |
| GNI per capita X Meritocracia |         |         |          | -.009** |
|                               |         |         |          | (.005)  |
| Constante                     | .548*** | -1.959* | -2.705** | -.106   |
|                               | (.208)  | (1.03)  | (1.25)   | (.4)    |
| Efeito do País                | .279*** | .203*** | .203***  | .264*** |
|                               | (.099)  | (.073)  | (.073)   | (.094)  |
| Observações                   | 14021   | 14021   | 14021    | 14021   |

Nota: Erro Padrão entre Parênteses. \*\*\*  $p < .01$ , \*\*  $p < .05$ , \*  $p < .1$

Em relação à terceira hipótese (H3: Quanto maior o nível de conservadorismo político, menor o suporte a políticas de combate à pobreza), no modelo 1 da Tabela 2 observa-se que o Posicionamento Político à direita reduz a probabilidade de se “Dar Dinheiro” ( $b = -0,016$ ,  $p < 0,05$ ). Esse resultado corrobora a hipótese de que orientações políticas mais conservadoras estão associadas a menor apoio a políticas redistributivas diretas, refletindo uma preferência por menor intervenção estatal na redução da pobreza.

Quanto a quarta hipótese (H4: Países com maior nível de desigualdade apresentam maior suporte a políticas de combate à pobreza), no modelo 2 da Tabela 2 verifica-se que o Índice de Gini exerce um efeito positivo e significativo sobre o suporte a “Dar Dinheiro” ( $b = 5,41$ ,  $p < 0,05$ ). Esse resultado corrobora a hipótese ao indicar que, em países mais desiguais, há maior propensão a apoiar medidas de assistência direta, sugerindo que, apesar de no nível individual o suporte ser negativo, no nível país as formas avaliativas objetivas de desigualdade, indicam a intensificação de demandas por políticas de combate à pobreza.

Relativamente a quinta hipótese (H5a: Quanto maior a renda do país, maior o efeito da meritocracia de mercado na rejeição de políticas de combate à pobreza), no modelo 3 da Tabela 2 observa-se que a interação entre a crença meritocrática e o GNI per capita apresenta um coeficiente negativo e significativo ( $b = -0,009$ ,  $p < 0,05$ ). Esse resultado corrobora a hipótese ao indicar que, em países mais ricos, o impacto da crença na meritocracia tende a intensificar a rejeição à assistência direta, sugerindo que contextos de maior prosperidade econômica fortalecem percepções de responsabilidade individual pelo sucesso.

No que concerne a hipótese H5b (Quanto maior a desigualdade do país, maior o efeito da meritocracia de mercado na rejeição de políticas de combate à pobreza), os resultados do modelo 4 da Tabela 2 mostram que a interação entre a crença meritocrática e o Índice de Gini apresenta um coeficiente negativo e significativo ( $b = -0,566$ ), porém o efeito não foi significativo. Assim, a hipótese foi refutada, uma vez que sociedades mais desiguais não reforçam a rejeição baseada em crenças meritocráticas; ao contrário, o efeito da meritocracia torna-se menos pronunciado nesses contextos.

## 5.2 Suporte a Dar Trabalho (Dar a Vara de Pescar)

Para complementar o estudo, foi realizada uma análise adicional sobre como os preditores se comportam em relação à política de combate à pobreza por meio de “Dar Trabalho” (ativismo indireto), em contraste com a política de “Dar Dinheiro” (assistência direta). Os modelos multiníveis revelaram um padrão de adesão marcadamente diferente para esta forma de assistência, mais alinhada à responsabilidade individual.

Em relação à política de ativismo indireto (“Dar Trabalho”), a H1 foi refutada, pois a crença na meritocracia apresentou um sinal oposto e significativo, atuando como um fator de estímulo ao suporte a esta política. Isso sugere que o “Dar Trabalho” é interpretado como um mecanismo de combate à pobreza mais congruente com a ideologia meritocrática.

Em contraste com a política “Dar Dinheiro” (onde a percepção de injustiça levava à rejeição), a percepção de uma Distribuição Injusta da Riqueza aumenta a probabilidade de se apoiar o “Dar Trabalho”, com um

coeficiente positivo e significativo ( $b=0,16, p < 0.01$ ). Isso indica que, para ações de ativismo social, a percepção de desigualdade mobiliza o suporte como uma forma ativa de corrigir o desequilíbrio social.

**Tabela 3 – Coeficientes do Modelo Multinível (Dar trabalho)**

|                                  | (1)                | (2)                | (3)                | (4)                |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Meritocracia de Mercado          | .079***<br>(.03)   | .079***<br>(.03)   | -.147<br>(.288)    | .191**<br>(.079)   |
| Distribuição Injusta da Riqueza  | .16***<br>(.027)   | .16***<br>(.027)   | .16***<br>(.027)   | .16***<br>(.027)   |
| Posicionamento Político: Direita | -.012<br>(.008)    | -.012<br>(.008)    | -.012<br>(.008)    | -.012<br>(.008)    |
| Idade                            | -.002<br>(.001)    | -.002<br>(.001)    | -.002<br>(.001)    | -.002<br>(.001)    |
| Sexo Masculino                   | -.162***<br>(.046) | -.162***<br>(.046) | -.162***<br>(.046) | -.162***<br>(.046) |
| Branco                           | -.007<br>(.063)    | -.007<br>(.063)    | -.007<br>(.063)    | -.001<br>(.063)    |
| Escolaridade                     | .074***<br>(.015)  | .074***<br>(.015)  | .074***<br>(.015)  | .075***<br>(.015)  |
| Status Socioeconômico            | .05*<br>(.028)     | .049*<br>(.028)    | .049*<br>(.028)    | .049*<br>(.028)    |
| Gini                             |                    | 1.443<br>(2.043)   | .106<br>(2.65)     |                    |
| Gini X Meritocracia              |                    |                    | .485<br>(.614)     |                    |
| GNI per capita                   |                    |                    |                    | -.002<br>(.02)     |
| GNI per capita x Meritocracia    |                    |                    |                    | -.007<br>(.005)    |
| Constante                        | .664***<br>(.198)  | -.003<br>(.964)    | .621<br>(1.244)    | .672*<br>(.357)    |
| Efeito do País                   | .178***<br>(.065)  | .173***<br>(.063)  | .173***<br>(.063)  | .159***<br>(.059)  |
| Observações                      | 14021              | 14021              | 14021              | 14021              |

Nota: Erro Padrão entre Parênteses. \*\*\*  $p < .01$ , \*\*  $p < .05$ , \*  $p < .1$

O Posicionamento Político à Direita também apresenta um resultado distinto. No "Dar Dinheiro", a direita rejeitava significativamente a política, mas no contexto do "Dar Trabalho", o coeficiente é negativo, porém não estatisticamente significativo ( $b=-0.012$ ). Isso sugere que o "Dar Trabalho" é uma política menos polarizadora e mais aceitável para orientações conservadoras do que a transferência direta de renda.

Em relação aos fatores macroeconômicos, o Índice de Gini (desigualdade objetiva do país) não é um preditor significativo do suporte a "Dar Trabalho" ( $b=1,443$ ). Isso contrasta fortemente com o resultado para "Dar

Dinheiro", onde países com Gini mais alto apoiavam significativamente mais a assistência direta. Para o "Dar Trabalho", o suporte não é impulsionado pela desigualdade objetiva nacional.

Da mesma forma, os efeitos de interação entre a crença meritocrática e o contexto macroeconômico não são significativos. A interação entre a meritocracia e o GNI *per capita* (renda do país) é não significativa ( $b=-0,007$ ), diferentemente da política "Dar Dinheiro", onde essa interação reforçava a rejeição em países mais ricos. Por fim, a interação com o Índice de Gini também é não significativa ( $b=0,485$ ), indicando que a desigualdade do país não modera o impacto das crenças meritocráticas no suporte a esta política.

### 5.3 Dar o Peixe ou a Vara de Pescar? Comparando os Efeitos

A comparação entre os preditores de suporte às políticas de combate à pobreza por meio de "Dar Dinheiro" (a assistência direta) e "Dar Trabalho" (o ativismo social) revela diferenças na forma como ideologias individuais (Nível 1) e o contexto macroeconômico (Nível 2) influenciam a adesão, conforme ilustrado no gráfico comparativo, conforme explícito na Figura 2.

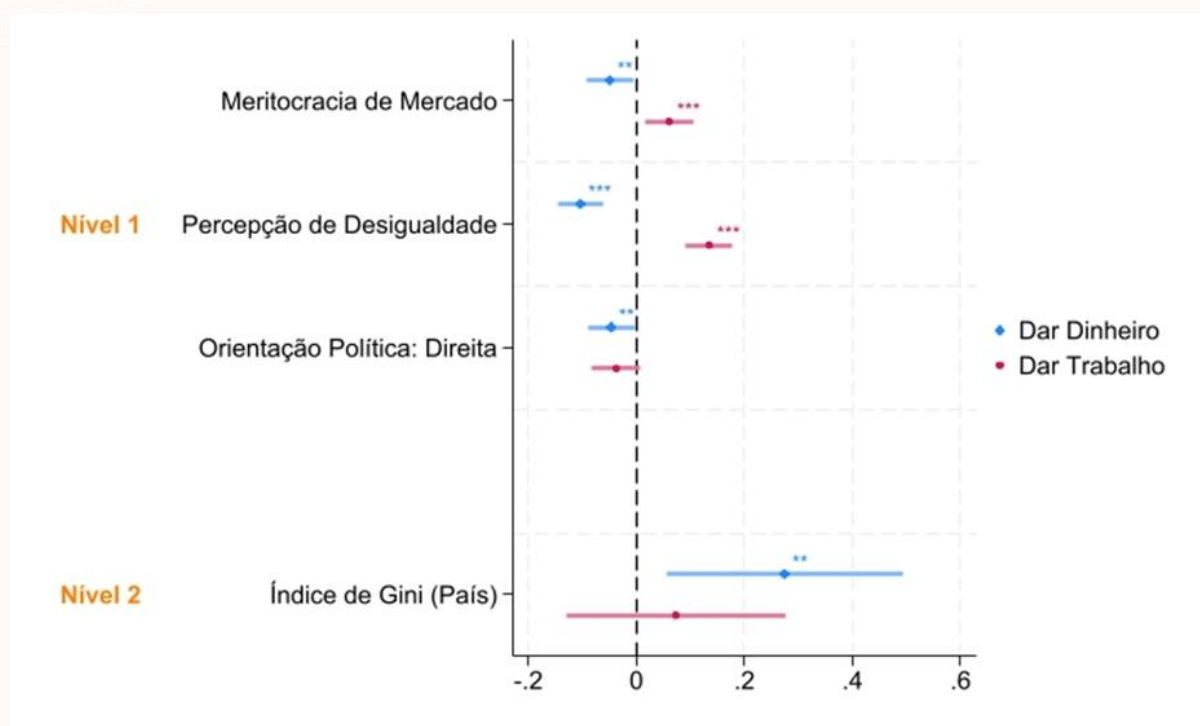


**Figura 2 – Coeficientes padronizados dos modelos multiníveis por tipo de combate à pobreza.**

Em relação às ideologias individuais, a Meritocracia de Mercado demonstra um efeito oposto nas duas políticas. A crença na meritocracia diminui significativamente o suporte ao "Dar Dinheiro" (ponto azul à esquerda de zero), enquanto aumenta significativamente o suporte ao "Dar Trabalho" (ponto vermelho à direita de zero). De forma similar, a Percepção de Desigualdade diminui significativamente o suporte ao "Dar Dinheiro" (ponto azul bem à esquerda de zero). Contudo, essa mesma percepção aumenta significativamente o suporte ao "Dar Trabalho" (ponto vermelho à direita de zero), indicando que a insatisfação mobiliza o indivíduo a apoiar ações que exigem esforço. Quanto à Orientação Política à Direita, ela diminui significativamente o suporte à transferência direta de renda (ponto azul à esquerda de zero). Entretanto, para o "Dar Trabalho", o efeito é negativo, mas não é significativo (ponto vermelho muito próximo de zero), sugerindo que a política de ativismo social é menos polarizadora e mais aceitável para o espectro conservador.

No que tange ao contexto macroeconômico (Nível 2), o Índice de Gini (País) exerce influência somente sobre a política de assistência direta. O Índice de Gini aumenta significativamente o suporte ao "Dar Dinheiro" (ponto azul à direita de zero), sugerindo uma demanda contextual por medidas de assistência em países mais

desiguais. Para a política "Dar Trabalho", o Índice de Gini não apresenta efeito estatisticamente significativo (ponto vermelho muito próximo de zero).

Em resumo, os resultados demonstram que o mecanismo de combate à pobreza é fundamental. As políticas que envolvem ativismo social ("Dar Trabalho") são mais alinhadas com crenças meritocráticas e mobilizam o suporte a partir da percepção de injustiça, enquanto as políticas de transferência direta ("Dar Dinheiro") são mais sensíveis à polarização política e à desigualdade objetiva do país.

## 6. Discussão

Os resultados deste estudo revelam um conjunto complexo de relações entre crenças ideológicas, percepções de desigualdade e características estruturais dos países, mostrando que o suporte às políticas de combate à pobreza depende tanto da disposição individual para aceitar intervenções estatais quanto das condições econômicas e sociais em que os indivíduos estão inseridos. As análises distinguindo entre transferência direta de renda ("dar dinheiro") e políticas baseadas em trabalho ("dar trabalho") permitiram identificar padrões que não apareceriam em modelos unificados, contribuindo para avanços teóricos relevantes sobre como diferentes políticas antipobreza são legitimadas ou rejeitadas.

Os achados referentes à H1, a ideia de que quanto maior a crença na meritocracia de mercado, menor o suporte a políticas de combate à pobreza, corroboram amplamente a literatura de justificação do sistema. O resultado de que a meritocracia reduz o apoio ao "*dar dinheiro*" alinha-se ao argumento de que crenças meritocráticas legitimam hierarquias e interpretam desigualdade como produto de esforço individual (Mijls, 2021; Son Hing *et al.*, 2011). No entanto, a direção oposta encontrada no "*dar trabalho*", onde a meritocracia aumenta o suporte, indica que políticas de ativismo social são vistas como coerentes com valores neoliberais de responsabilização pessoal (Stollberg *et al.*, 2025). Este achado aprofunda teorias existentes ao mostrar que a rejeição meritocrática não se dirige ao combate à pobreza em si, mas ao tipo de política que contraria o princípio de merecimento.

A análise da H2, segundo a qual maior percepção de desigualdade reduziria o suporte a políticas de combate à pobreza, também revela nuances importantes. No caso do "*dar dinheiro*", o efeito negativo confirma pesquisas que mostram que, quando indivíduos interpretam a desigualdade por meio de esquemas individualizantes, perceber injustiça não leva necessariamente ao desejo de correção estrutural (García-Sánchez *et al.*, 2025; Mijls, 2021;). Contudo, o resultado inverso observado no "*dar trabalho*", no qual a percepção de desigualdade aumenta o apoio, sugere que políticas baseadas em engajamento ativo são percebidas como respostas moralmente adequadas, sem tensionar valores meritocráticos. Esse padrão mostra que percepções subjetivas de injustiça não geram um impulso redistributivo automático, mas sim uma mobilização contingente ao tipo de intervenção proposta.

Os resultados da H3 também reforçam tendências documentadas na literatura sobre conservadorismo político. Indivíduos ideologicamente alinhados à direita demonstraram menor probabilidade de apoiar transferências diretas de renda, o que confirma o argumento de que orientações conservadoras privilegiam autonomia individual, mercado como regulador moral e baixa intervenção estatal (Bizumic & Duckitt, 2018; Jost, 2006). Entretanto, o efeito deixa de ser significativo no "*dar trabalho*", indicando que políticas alinhadas à ética do esforço e da produtividade são menos polarizadoras. Esse achado sugere que o conservadorismo se opõe mais ao mecanismo redistributivo do que ao objetivo declarado de redução da pobreza.

Em relação à H4, que postulava que países mais desiguais apresentariam maior suporte a políticas de combate à pobreza, os resultados confirmam a hipótese e evidenciam um paradoxo multinível. No nível individual, percepções subjetivas de desigualdade reduzem o apoio ao "*dar dinheiro*", mas no nível dos países, maior desigualdade objetiva, medida pelo Gini, aumenta o suporte à transferência direta. Esse achado demonstra empiricamente que o paradoxo descrito por Mijls (2021) opera de forma distinta conforme o nível de análise: desigualdade percebida individualmente tende a ser naturalizada, enquanto desigualdade estruturada nacionalmente tende a estimular demandas coletivas por políticas redistributivas. Assim, o estudo contribui para esclarecer que a relação entre desigualdade e apoio redistributivo é oposto entre os níveis micro e macro.

As hipóteses moderadoras também oferecem contribuições relevantes. A H5a, que sugeria que o efeito da meritocracia seria mais forte em países de maior renda, foi corroborada. A interação positiva indica que em países mais ricos, onde a prosperidade econômica tende a reforçar a percepção de um mercado eficiente, a crença na meritocracia intensifica a rejeição ao "*dar dinheiro*". Esse padrão é coerente com estudos que mostram que a meritocracia ganha plausibilidade em contextos de maior liberdade econômica e aparente mobilidade social (Geng



## ARTIGO

*et al.*, 2025). Já a H5b, que propunha que o efeito da meritocracia seria maior em países mais desiguais, foi refutada: o efeito diminui à medida que a desigualdade aumenta. Esse resultado sugere que, em contextos de forte concentração de renda, a realidade material limita a capacidade de a meritocracia atuar como narrativa convincente de justiça social. Assim, o estudo mostra que a meritocracia é mais eficaz como ideologia quando as condições estruturais oferecem aparência mínima de equidade, reforçando o argumento de Stollberg *et al.* (2025) sobre a dependência contextual das crenças neoliberais.

Por fim, os resultados referentes ao “*dar trabalho*” tornam evidente que políticas baseadas em esforço individual constituem um ponto de convergência entre grupos ideológicos divergentes. Não são moderadas por desigualdade, renda nacional ou meritocracia, e tampouco polarizam no eixo esquerda-direita. Isso possui implicações teóricas importantes: indica que políticas antipobreza não são rejeitadas por sua finalidade, mas sim por seus pressupostos normativos. Intervenções que reforcem o esforço individual tendem a ser amplamente aceitas porque evitam tensionar crenças arraigadas sobre responsabilidade pessoal, mercado e mérito.

### 6.1 Implicações Teóricas e Práticas

Os resultados deste estudo dialogam diretamente com teorias que concebem a meritocracia tanto como crença hierarquizante quanto como princípio normativo de justiça (Son Hing *et al.*, 2011). Em primeiro lugar, observou-se que a crença na meritocracia desempenha um papel significativo na redução do suporte a políticas de combate à pobreza, reforçando a literatura que descreve o mérito como ideologia de justificação do sistema (Jost, 2006). Esses achados contribuem para a compreensão de como esquemas interpretativos individualizantes moldam percepções de justiça e influenciam atitudes políticas.

Além disso, verificou-se que percepções subjetivas de desigualdade não necessariamente aumentam o apoio à redistribuição, reforçando achados recentes que apontam que a desigualdade pode ser reinterpretada como legítima quando enquadrada por narrativas meritocráticas (García-Sánchez *et al.*, 2025; Mijs, 2021). Esse resultado reforça o paradoxo: quanto maior a percepção de desigualdade, mais forte tende a ser a adesão às explicações meritocráticas, diminuindo o suporte a intervenções estatais justamente onde elas seriam mais necessárias.

Outro ponto relevante emerge ao considerar a orientação política dos indivíduos. Como demonstram Bizumic & Duckitt (2018) e Jost (2006), alinhamentos conservadores operam como mecanismos psicológicos de manutenção do *status quo*, associando-se a maior aceitação das hierarquias sociais e menor disposição para apoiar políticas redistributivas. Os resultados deste estudo corroboram esse padrão: indivíduos com orientação política à direita apresentaram menor suporte a políticas de combate à pobreza, independentemente da crença na meritocracia, sugerindo que dimensões ideológicas influenciam o apoio à redistribuição por vias distintas das crenças morais sobre mérito.

Do ponto de vista prático, os achados sugerem que políticas públicas voltadas ao combate à pobreza precisam ser acompanhadas de estratégias comunicacionais que enfrentem diretamente narrativas individualizantes.

### 6.2 Limitações e Sugestões de Estudos Futuros

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo possui limitações que devem ser reconhecidas. Primeiramente, a amostra é composta por respondentes de países latino-americanos, mas com predominância de indivíduos jovens, escolarizados e concentrados em determinados estratos socioeconômicos. Essa característica limita a generalização dos achados, uma vez que atitudes redistributivas podem variar substancialmente entre grupos com diferentes níveis de renda, idade e inserção profissional (Pañeda-Fernández *et al.*, 2026).

Outra limitação refere-se à natureza autorrelatada das medidas. Como crenças meritocráticas e posicionamento político envolvem julgamentos morais sensíveis, respostas podem ser afetadas por desejabilidade social. Pesquisas futuras podem incorporar métodos experimentais, vinhetas com manipulação de narrativas ou medidas implícitas para capturar crenças menos conscientes.

Além disso, este estudo analisou percepções individuais, mas não incorporou elementos institucionais específicos de cada país, como intensidade de programas de transferência de renda, força de discursos neoliberais ou nível de confiança institucional. Fatores que, conforme evidenciado por Geng *et al.* (2025), moderam fortemente a relação entre meritocracia e atitudes políticas. Investigações futuras poderiam integrar análises multinível para captar essas interações entre indivíduo e contexto.

Outra sugestão consiste em explorar trajetórias temporais. Estudos longitudinais permitiriam observar como crenças sobre mérito e desigualdade se transformam em diferentes ciclos econômicos ou políticos, especialmente em períodos de crise, conforme trabalho por Stollberg *et al.* (2025), como recessões profundas ou



retrocessos democráticos. Contextos nos quais narrativas meritocráticas podem ganhar força ou ser profundamente contestadas.

Por fim, pesquisas futuras podem beneficiar-se da criação ou adaptação de escalas específicas para medir crenças sobre desigualdade estrutural e meritocracia de mercado. Como discutido ao longo da literatura, diferentes dimensões de meritocracia apresentam efeitos distintos sobre atitudes políticas (Castillo *et al.*, 2025; Son Hing *et al.*, 2011), e capturar essas nuances pode aprimorar modelos explicativos e fortalecer análises comparativas entre países.

### 6.3 Conclusão

Este estudo investigou como a crença na meritocracia de mercado, as percepções de desigualdade e o posicionamento político influenciam o suporte a políticas de combate à pobreza em países latino-americanos, utilizando modelos multinível para articular efeitos individuais e contextuais. Os resultados revelam um paradoxo semelhante ao proposto por Mijs (2021): mesmo em contextos marcados por desigualdade elevada, prevalecem explicações individualizantes que reduzem o apoio à redistribuição no nível individual. No entanto, este trabalho avança ao demonstrar que esse paradoxo opera de forma distinta entre níveis e entre tipos de política. Enquanto crenças meritocráticas e orientações à direita reduzem consistentemente o suporte à transferência direta de renda, essas mesmas crenças tendem a reforçar o apoio a políticas baseadas no “dar trabalho”, percebidas como moralmente mais legítimas e compatíveis com a lógica da responsabilidade individual. No nível dos países, por sua vez, a desigualdade objetiva se associa a maior apoio médio à intervenção estatal via transferência direta, sugerindo que condições estruturais extremas podem gerar demandas redistributivas mesmo quando enquadramentos morais seguem individualizantes. Esses achados indicam que o debate sobre pobreza frequentemente desloca o foco do problema substantivo, a fome e a privação material, para julgamentos normativos sobre o modo de intervenção estatal. Nesse processo, a pobreza tende a ser tratada como falha moral ou fraqueza individual, percepção que atravessa inclusive os próprios grupos vulneráveis, socializados em contextos de escassez e competição. Assim, compreender por que sociedades preferem “dar a vara de pescar” enquanto hesitam em “dar o peixe” exige reconhecer que o desenho de políticas públicas reflete menos a urgência da miséria e mais a busca por legitimidade moral. Essas tensões analíticas apontam para uma agenda futura de pesquisa que investigue como narrativas morais, ideologias políticas e arranjos institucionais moldam não apenas o apoio às políticas de combate à pobreza, mas também quais formas de intervenção são consideradas aceitáveis.

### Referências

- Batruch, A., Jetten, J., Van de Werfhorst, H., Darnon, C., & Butera, F. (2023). Belief in school meritocracy and the legitimization of social and income inequality. *Social Psychological and Personality Science*, 14(5), 621-635.
- Bizumic, B., & Duckitt, J. (2018). Investigating right wing authoritarianism with a very short authoritarianism scale. *Journal of Social and Political Psychology*, 6(1), 129–150.
- Bobocel, D. R., Son Hing, L. S., Davey, L. M., Stanley, D. J., & Zanna, M. P. (1998). Justice-based opposition to social policies: Is it genuine? *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(3), 653.
- Castilla, E. J., & Benard, S. (2010). The paradox of meritocracy in organizations. *Administrative Science Quarterly*, 55(4), 543-676.
- Castillo, J. C., Laffert, A., Carrasco, K., & Iturra-Sanhueza, J. (2025). Perceptions of Inequality and Meritocracy: Their Interplay in Shaping Preferences for Market Justice in Chile (2016-2023). *Frontiers in Sociology*, 10, 1634219.
- Cruces, G., Perez-Truglia, R., & Tetaz, M. (2013). Biased perceptions of income distribution and preferences for redistribution: Evidence from a survey experiment. *Journal of public Economics*, 98, 100-112.
- Davey, L. M., Bobocel, D. R., Son Hing, L. S., & Zanna, M. P. (1999). Preference for the Merit Principle Scale: An individual difference measure of distributive justice preferences. *Social Justice Research*, 12, 223-240.13
- Duckitt, J. (2006). Differential effects of right wing authoritarianism and social dominance orientation on outgroup attitudes and their mediation by threat from and competitiveness to outgroups. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32(5), 684-696.

ARTIGO

- Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2007). Right wing authoritarianism, social dominance orientation and the dimensions of generalized prejudice. *European Journal of Personality: Published for the European Association of Personality Psychology*, 21(2), 113-130.
- García-Sánchez, E., Van der Toorn, J., Rodríguez-Bailón, R., & Willis, G. B. (2019). The vicious cycle of economic inequality: The role of ideology in shaping the relationship between “what is” and “what ought to be” in 41 countries. *Social Psychological and Personality Science*, 10(8), 991-1001.
- García-Sánchez, E., García-Castro, J. D., Willis, G. B., & Rodríguez-Bailón, R. (2025). Economic inequality and unfairness evaluations of income distribution negatively predict political and social trust: Evidence from Latin America over 23 years. *Social Psychological and Personality Science*, 16(4), 347-358.
- Geng, X., Chiu, C. Y., & Wang, Y. (2025). Meritocracy Beliefs Are Positively Related to Institutional Trust Only in Societies With Many Economic Freedoms: A Multi-Society Multi-Level Analysis. *Journal of Social Issues*, 81(4), e70046.
- Jost, J. T. (2006). The end of the end of ideology. *The American Psychologist*, 61(7), 651– 670.
- Lane, R. E. (1986). Market justice, political justice. *American Political Science Review*, 80(2), 383-402.
- Luke, D. A. (2019). *Multilevel modeling*. Thousand Oaks: Sage publications.
- McCoy, S. K., & Major, B. (2007). Priming meritocracy and the psychological justification of inequality. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43(3), 341-351.
- Mijs, J. J. (2021). The paradox of inequality: Income inequality and belief in meritocracy go hand in hand. *Socio-Economic Review*, 19(1), 7-35.
- Ortiz, I., Burke, S., Berrada, M., & Saenz Cortés, H. (2022). World protests: A study of key protest issues in the 21st century (p. 185). *Springer Nature*.
- Pañeda-Fernández, I., Kamphorst, J., van de Rijt, A., & Battu, B. (2026). The relevance of meritocratic beliefs for redistributive preferences increases with income. *Social Science Research*, 134, 103294.
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of personality and social psychology*, 67(4), 741.
- Reardon, S. F., & Bischoff, K. (2011). Income inequality and income segregation. *American Journal of Sociology*, 116(4), 1092-1153.
- Rodríguez-Bailón, R., García-Castro, J. D., García-Sánchez, E., & Willis, G. B. (2025). Effects of meaningful perceived inequality on wellbeing and the maintenance (or challenge) of the status quo. In F. Duina & L. Storti (Eds.), *The social acceptance of inequality: On the logics of a more unequal world* (pp. 85–110). New York: Oxford University Press.
- Son Hing, L. S., Bobocel, D. R., & Zanna, M. P. (2002). Meritocracy and opposition to affirmative action: making concessions in the face of discrimination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83(3), 493.
- Son Hing, L. S., Bobocel, D. R., Zanna, M. P., Garcia, D. M., Gee, S. S., & Oraziotti, K. (2011). The merit of meritocracy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(3), 433-450.
- Stollberg, J., Koch, F., & Jonas, E. (2025). When neoliberals become activists: social crisis threats motivate ingroup and outgroup prosociality among neoliberals. *Frontiers in Psychology*, 16, 1677265.